

RESOLUÇÃO Nº 14.698

Processo n.º 201902058-00

Assunto: Consulta

Referência: Prefeitura Municipal de Parauapebas

Interessado: Cleverland Carvalho de Araújo – coordenador de projetos especiais

Instrução: Diretoria Jurídica / TCM-Pa

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2019

EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS. EXERCÍCIO DE 2019. ADMISSIBILIDADE. FINANCIAMENTO INTERNACIONAL. BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). LICITAÇÃO. UTILIZAÇÃO DE REGRAMENTO INTERNACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES. CONDIÇÃO PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS. POSSIBILIDADE. PRÁTICAS INTERNACIONAIS REFERENDADAS PREVIAMENTE EM ÂMBITO NACIONAL (CONVÊNIO CONSTITUTIVO DO BID E DECRETO FEDERAL N.º 73.131/1973). IMPOSITIVIDADE DE HARMONIZAÇÃO AOS PRINCÍPIOS FIXADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 42, §5º, DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93. CONTRATAÇÃO ANTECIPADA E FINANCIAMENTO RETROATIVO. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO ENTE FINANCIADOR PARA APROVAÇÃO. OBSERVÂNCIA DA GN-2349-9 E MANUAL DO EXECUTOR (BID).

1. Na execução de projetos financiados por instituições internacionais, deverão ser adotadas as regras estabelecidas com o ente contratante, a exemplo do instrumento de "Políticas para Aquisição de Bens e Contratação de Obras e Serviços Comuns" e "Plano de Aquisições" do BID.

2. A utilização das regras internacionais para contratação, em detrimento às regras fixadas na legislação nacional, deverá ser condição para a celebração do instrumento de repasse de recursos.

3. Verificada a incompatibilidade das regras licitatórias internacionais, com aquelas fixadas pela Lei Federal n.º 8.666/93, haverá prevalência das primeiras.

4. Excetua-se a aplicação das regras internacionais, apenas nas hipóteses em que estas, expressamente, contrariem princípios constitucionais incidentais à Administração Pública.

5. A viabilidade, regularidade e legalidade de contratação antecipada e financiamento retroativo deverão ser apreciadas exclusivamente pelo BID, em observância às regras fixadas pela GN 2349-9 e detalhadas no "Manual do Executor";

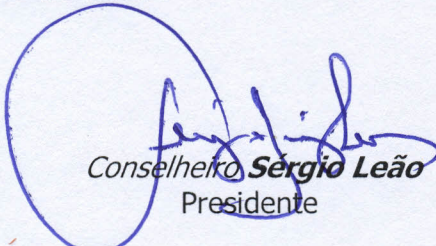
RESOLUÇÃO Nº 14.698

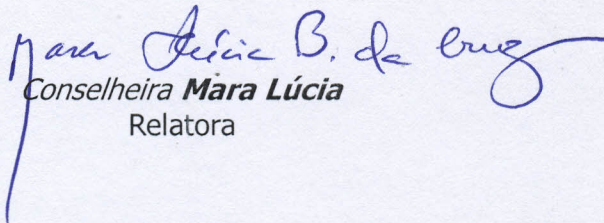
6. O Poder Público Municipal contratante obedecerá, para eleição das modalidades de licitação e contratação, o regramento contratual firmado junto ao BID, por intermédio do nominado "Plano de Aquisições".

7. O TCM-PA, no exercício do controle externo, observará, junto às contratações de obras e serviços, vinculados à execução de projetos financiados com recursos do BID, os regramentos fixados no "Plano de Aquisições" e demais regras internacionais incidentes.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso IX, da LC n.º 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 18-27**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **02 de maio de 2019**.


Conselheiro **Sérgio Leão**
Presidente


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros Mara Lúcia; Sérgio Leão; Antônio José Guimarães; Conselheiros Substitutos Adriana Oliveira e Sérgio Dantas e Procuradora Maria Regina Cunha.

RESOLUÇÃO Nº 14.698

Processo n.º 201902058-00

Assunto: Consulta

Referência: Prefeitura Municipal de Parauapebas

Interessado: Cleverland Carvalho de Araújo – coordenador de projetos especiais

Instrução: Diretoria Jurídica / TCM-Pa

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2019

RELATÓRIO

A **Prefeitura Municipal de Parauapebas**, representada por seu Coordenador de Projetos Especiais, Captação de recursos e Gestão de Convênios, Cleverland Carvalho de Araújo, exercício de 2019, encaminhou **CONSULTA**, solicitando manifestação desta Corte de Contas, nos seguintes termos:

*Considerando que o município de Parauapebas está implantando o **Programa de Saneamento Ambiental, Macrodrenagem e Recuperação de Igarapés e Margens do Rio Parauapebas** e que a execução do Programa será financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, onde através da Cooperação Técnica ATN/OC-15249-BR foram realizados todos os estudos e projetos exigidos pelo BID.*

Considerando que a celebração do contrato de financiamento entre o BID e a Prefeitura de Parauapebas encontra-se em fase final para aprovação junto ao Banco e que a Prefeitura tem interesse em licitar os projetos que compreendem a 1ª fase, sendo assim, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

As obras oriundas dos projetos objeto da Cooperação Técnica ATN/OC-15249-BR, citada anteriormente deverão ser licitadas através da Legislação Nacional (Lei 8.666/93) ou através das Políticas para Aquisição de bens e contratação de obras e serviços comuns do BID (GN 2349-9)?

Após despacho desta relatora (fl. 4), a consulta foi encaminhada à Diretoria Jurídica para manifestação, a qual enunciou o **Parecer Jurídico n.º 91/2019/DIJUR/TCM-PA** (fls. 5/16), que transcrevo e adoto como relatório, nos seguintes termos:

Mara Lúcia

RESOLUÇÃO Nº 14.698

I – DA ADMISSIBILIDADE CONSULTIVA:

*Primeiramente, insta salientar que o instituto da consulta está amparado na **Lei Complementar nº 109/2016** – TCM/PA (Lei Orgânica do TCM), em seu **art. 1º XVI**, onde estabelece, in verbis:*

Art. 1º. Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, órgão de controle externo da gestão de recursos públicos municipais, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma desta Lei Complementar:

XVI - Responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;

No tocante à admissibilidade da consulta, o Regimento Interno deste TCM-PA (Ato n.º 19/2017), disciplina os critérios de admissibilidade das consultas formuladas junto ao TCM-PA, a qual recai ao Conselheiro-Relator, conforme dispositivo a seguir transcrito e destacado:

Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1º, XVI, da Lei Complementar nº 084, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I – ser formulada por autoridade legítima;

II – ser formulada em tese;

III – conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares;

IV – versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.

*Neste sentido, conforme o artigo supracitado, denota-se que o Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas formuladas, desde que cumpridos, preliminarmente, os requisitos cumulativos expostos nos incisos do **art. 298, do RITCM-PA**.*

*No que concerne aos legitimados para formular as referidas consultas, estes estão previstos no rol taxativo dos **incisos I a V, do art. 299, do RITCM-PA**, conforme pode ser observado:*

Art. 299. Estão legitimados a formular consulta:

Handwritten signature

RESOLUÇÃO Nº 14.698

I - O Prefeito;

II - O Presidente da Câmara Municipal;

III - Os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais;

IV - Os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional;

V - As entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

Destarte, é requisito imprescindível para a admissibilidade das consultas formuladas perante o TCM-PA que o Consulente esteja inserido no rol de legitimados do artigo supracitado.

Nos autos em epígrafe, observa-se que o consulente, representa a Prefeitura Municipal, na coordenação dos projetos que envolvam repasses especiais, a exemplo daquele esperado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, ao que, salvo melhor juízo, consignamos entendimento quanto a legitimidade consultiva.

*Nesta mesma senda, observa-se que a matéria consignada junto aos presentes autos, está enquadrada dentre aquelas passíveis da competência fiscalizatória do TCM-PA, qual seja, a análise de legalidade nas contratações públicas realizadas pelos Poderes Municipais, via licitação, o que assegura atendimento do previsto no **inciso IV, do art. 298, do RITCM-PA.***

*Por fim, com o escopo de assegurar seu processamento, cumpre-nos destacar que a mesma não se fez construir sob a forma de tese, ao que importa remeter ao permissivo consignado junto ao **§2º, do art. 300, do RITCM-PA**, o qual autoriza a admissibilidade consultiva, pauta em caso concreto, preservando-se a resposta aprovada da vinculação como prejudgado de tese ou caso concreto.*

Tal admissibilidade excepcional se vê justificada, ainda mais, quando entendemos que a temática abordada é absolutamente inédita no âmbito deste Tribunal de Contas dos Municípios, a qual se vê inserida, lado outro, dentro de dúvida plausível na aplicação e interpretação de dispositivos legais, que nortearão a execução de contratação e despesas, pelo município consulente.

*Por fim, registra-se que aduzindo quesito consultivo, de maneira objetiva e clara, viu-se alcançar, a presente consulta, desta forma plena, o atendimento dos **incisos II e III, do art. 298, do RITCM-PA.***

II – DA ANÁLISE DE MÉRITO:

Marcelo

RESOLUÇÃO Nº 14.698

Preliminarmente, cumpre-nos, em respeito as competências deste TCM-PA, estabelecer uma limitação de resposta à consulta formulada, a qual não emerge, propriamente, do quesito citado à fl. 01, porém, dentro das considerações traçadas para embasar o tema submetido à apreciação deste TCM-PA.

Neste sentido, ressaltamos, desde já, que não será objeto de análise, com vistas a afastar qualquer responsabilidade desta Corte de Contas, quanto a eventual orientação expedida, a possibilidade de iniciar, a municipalidade, com os procedimentos administrativos pertinentes a licitação de obras e serviços, antes de finalizada a assinatura do contrato de financiamento, junto ao BID.

*Tal condução emerge do fato de que competirá a tal organismo internacional apreciar a prestação de contas do contrato de financiamento, bem como, competirá ao mesmo, admitir os procedimentos que venham a ser previamente deflagrados pelo município, em atendimento a nominada "1ª Fase" do projeto, elaborado a partir da **Cooperação Técnica ATN/OC-15249-BR**.*

*Acerca da matéria, cumpre-nos, apenas a título ilustrativo, remeter aos termos do manual de **Políticas para Aquisição de Bens e contratação de obras Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (GN 2349-9)**, do qual se extrai:*

Contratação Antecipada e Financiamento Retroativo

1.9 O Mutuário poderá decidir iniciar o processo licitatório antes da efetiva assinatura do correspondente Contrato de Empréstimo com o Banco. Em tais casos, os procedimentos de licitação, incluindo divulgação, deverão atender ao disposto nestas Políticas a fim de que os respectivos contratos venham a ser considerados elegíveis para financiamento do Banco, e o Banco revisará o processo utilizado pelo Mutuário. O Mutuário responde pelos riscos da referida contratação antecipada, e a concordância do Banco com os procedimentos, documentação ou recomendação de adjudicação não acarreta o seu compromisso em conceder o empréstimo para o projeto correspondente. Se o contrato for assinado, o reembolso pelo Banco, de quaisquer pagamentos efetuados pelo Mutuário relativamente a tal contratação, antes da assinatura do contrato de empréstimo, é tido como financiamento retroativo, somente sendo permitido nos limites estabelecidos no Contrato de Empréstimo.

Estabelecida tal premissa, passemos ao enfrentamento, propriamente, da questão apresentada sob a forma de quesito consultivo.

*Neste sentido, primeiramente, há de se destacar que a sistemática de licitação e contratação fixada pelo BID, junto as normas de **"Políticas para Aquisição de Bens e Contratação de Obras e Serviços Comuns***

Handwritten signature

RESOLUÇÃO Nº 14.698

do BID", é disciplina recepcionada pela Lei Federal n.º 8.666/93, conforme consta do §5º, do art. 42, in verbis:

Art. 42. Nas concorrências de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.

§5º. Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior.

Os financiamentos e procedimentos de aquisição do BID, foram incorporados ao ordenamento pátrio a partir do **Convênio Constitutivo do Banco e Decreto Federal n.º 73.131/1973**, que promulgou o Convênio Constitutivo do BID no Brasil.

Neste sentido, as licitações e contratações decorrentes e vinculadas aos projetos financiados pelo BID, deverão atender ao previsto, atualmente, no documento **GN-2349-9**, editado e aprovado pelo ente financiador, isto porque, a observância de tais procedimentos e regramentos internacionais, evidenciam-se como condição intransponível para o repasse de recursos.

Tal regramento foi trabalhado pelo BID, junto ao nominado **"Manual do Executor"**, que deverá servir de guia balizador das ações dos Poderes Públicos que contratarem financiamento internacional, do qual se extrai as seguintes informações:

GN-2349 POLÍTICAS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS COMUNS

Esta política, em suas Seções II e III, apresenta os métodos de aquisição de bens e contratação de obras e serviços que não são de consultoria, assim como as etapas e requisitos de cada processo.

procedimento

RESOLUÇÃO Nº 14.698

O uso do método de Licitação Pública Internacional (LPI), descrito na Seção II, é exigido em processos de aquisição de bens e serviços que não são de consultoria com custo estimado em US\$ 5 milhões ou mais e de contratação de obras com custo estimado em US\$ 25 milhões ou mais.

Em processos, com custo estimado, abaixo desses valores, podem ser utilizados os métodos apresentados na Seção III, quais sejam: i) Licitação Pública Internacional Limitada (LIL); ii) Licitação Pública Nacional (LPN); iii) Comparação de Preços (CP); e iv) Contratação Direta (CD). No caso da aquisição de bens e serviços que não são de consultoria, além dos métodos da Seção III, podem ser utilizados os Sistemas de Compras Eletrônicas (Pregão) e/ou Ata de Registro de Preços, desde que seja aceito pelo Banco.

Para o uso desses dois últimos (Pregão e Ata) recomendamos entrar em contato prévio com o Especialista de Aquisições do Banco responsável pelo projeto para confirmação dessa possibilidade.

*Resta-nos, portanto, compreender que as licitações atinentes a execução dos projetos vinculados e previstos no programa a ser financiado pelo BID, comportam, nos termos da **GN 2349-9**, à possibilidade de licitação prévia (antecipada), conforme reportamos em preliminar, observados os riscos próprios do controle do ente financiador (BID), estando, por isso mesmo, vinculados as regras de licitação e contratação, estabelecidos pela citada norma internacional.*

*Acerca da aderência às regras internacionais de licitação e contratação, bem como de eventuais divergências entre estas e aquelas previstas na Lei de Licitações e Contratos, cumpre-nos remeter à decisão consultiva do Tribunal de Contas da União, estabelecida no **ACÓRDÃO Nº 1866/2015 – TCU – Plenário (Processo nº TC 028.518/2014-4)**, onde restou aportado a prevalência das disposições internacionais, em detrimento as regras pátrias ordinárias, ao que transcrevemos:*

CONSULTA FORMULADA POR MINISTRO DA FAZENDA. CONHECIMENTO. LICITAÇÕES INTERNACIONAIS. INCOMPATIBILIDADE DAS REGRAS LICITATÓRIAS DO BIRD COM O § 4º DO ART. 42 DA LEI 8.666/1993. PREVALÊNCIA DAS PRIMEIRAS, CONFORME § 5º DO ART. 42 DA LEI 8.666/1993. RESPOSTA AO INTERESSADO. ARQUIVAMENTO (TCU 02851820144, Relator: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, Data de Julgamento: 29/07/2015)

Em outra remissão jurisprudencial, verifica-se, novamente, a prevalência das normas internacionais de contratação, in casu, do BID, conforme decidiu o Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

Paraná

RESOLUÇÃO Nº 14.698

*Representação da Lei nº 8.666/93. Licitação com financiamento internacional do BID. DER/PR. Pavimentação da Rodovia PR-364. **Requisitos de qualificação questionados foram baseados em parâmetros estabelecidos pelo BID para a pré-qualificação para a contratação de obras e liberação do financiamento.** Pela improcedência.*

(TCE-PR 59868418, Relator: IVENS ZSCHOERPER LINHARES, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 11/03/2019)

*Neste sentido, entendendo a municipalidade, ao iniciar os processos de licitação da nominada "1ª Fase", deverá observar os contornos normativos e procedimentais fixados no **GN 2349-9**, a qual fixa as seguintes "modalidades" ou "métodos de aquisição e contratação":*

1. CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL;
2. CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL LIMITADA
3. LICITAÇÃO PÚBLICA NACIONAL COMPARAÇÃO DE PREÇOS
4. CONTRATAÇÃO DIRETA
5. ADMINISTRAÇÃO DIRETA
6. COMPRAS DIRETAS EM AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS

*Destaca-se, ainda, que em tais ajustes internacionais, notadamente o firmado junto ao BID, subsiste a elaboração do nominado "**Plano de Aquisições**", onde serão estabelecidas as aquisições, vinculadas ao projeto e os métodos propostos para a licitação, desde que previstos no Contrato de Empréstimo.*

*Extraí-se do "**Manual do Executor**", elaborado pelo BID, a exata compreensão do aludido "**Plano de Aquisições**", como sendo a ferramenta de programação e acompanhamento das aquisições e contratações do projeto, nos termos descritos na política de aquisições e nas políticas dos consultores, detendo, desta forma, o caráter vinculativo nas ações a serem desempenhadas pelo Poder Público contratante.*

Junto ao nominado instrumento, por convenção ajustada entre as partes, independentemente da origem dos recursos, ou seja, se total do BID, total do município ou da combinação de ambas as fontes, ter-se-á estabelecido o método de contratação, de observância impositiva ao ente público beneficiado/financiado.

Outrossim, a inobservância dos regramentos estabelecidos pelo BID, ainda que adotando-se expressamente a legislação pátria (Lei Federal n.º 8.666/93), conduziria a não aderência dos serviços e bens adquiridos, para fins de contabilização do projeto e seu financiamento.

Entendemos, por fim, como pertinente estabelecer, notadamente em atenção à função pedagógica que encerram as consultas respondidas por este TCM-PA, perante seus jurisdicionados, que a execução de licitações e contratações, que comportem ações e projetos vinculados à Programa

Handwritten signature

RESOLUÇÃO Nº 14.698

*Internacional e, portanto, inseridos dentro de seu plano de ação, ainda que não custeados, propriamente, com recursos do BID, poderão ter sua análise de regularidade e legalidade, apreciados no âmbito desta Corte de Contas, com base nas disposições fixadas pela **GN 2349-9**, a teor do previsto no já transcrito **§5º, do art. 42, da Lei Federal n.º 8.666/93**.*

Assim, considerando atendidos os requisitos para admissibilidade sob a forma de consulta, conforme imperativo regimental e, ainda, com base na transcrita manifestação exarada pela Diretoria Jurídica deste TCM-PA, na forma do presente relatório e voto, submeto à consideração deste Colendo Plenário, o qual recebeu prévia distribuição aos Gabinetes dos Ilustres Conselheiros, com o escopo de conhecimento antecipado e aprofundamento sobre o tema em debate.

É o relatório

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar a regularidade da presente **Consulta**, sob a qual subscrevo os termos e fundamentos já suscitados pela DIJUR, em parecer, sendo recebida sob a forma de tese nos termos do **§2º do art. 300 do RITCM-PA**, para enfrentar tema com inescusável interesse às atividades de controle externo realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando busca traçar a preconizada atuação pedagógica junto aos jurisdicionados, pelo que passo à análise de mérito da mesma, tal como proposto.

NO MÉRITO, trata-se do *Programa de Saneamento Ambiental, Macrodrenagem e Recuperação de Igarapés e Margens do Rio Parauapebas* que será realizado pela Prefeitura de Parauapebas, cuja execução será financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, razão pela qual o Coordenador de Projetos Especiais, que representa o Chefe do Executivo Municipal no desenvolvimento do nominado programa, questiona se a licitação deve ser através de Legislação Nacional (Lei 8.666/93) ou através das Políticas para aquisição de Bens de Contratação de Obras e Serviços Comuns do BID (GN 2349-9).

Handwritten signature

RESOLUÇÃO Nº 14.698

De acordo com o **§5º, do art. 42, da Lei 8.666/93**, as obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de organismos financeiros multilaterais, como é o caso do **Banco Interamericano de Desenvolvimento**, podem ser licitadas por normas e procedimentos próprios das entidades financiadoras, desde que exigidos para a obtenção dos empréstimos.

Se é condição do BID para concessão dos empréstimos, a aquisição de bens e contratação de serviços devem ser realizadas conforme descrito em documento próprio do Banco, entretanto, não se pode olvidar que a aplicação dessas normas não pode ser absoluta, afinal a Constituição Federal deve, obviamente, sempre ser observada, tendo em vista ser norma fundamental que rege todo o nosso ordenamento jurídico, portanto, nenhuma norma, inclusive internacional, pode contrariá-la, sob pena de ferir a soberania nacional.

Assim, o procedimento licitatório internacional deverá seguir as normas de contratação do órgão financiador apenas em suas disposições que não contrariem os princípios constitucionais brasileiros aplicáveis à Administração Pública. As normas nacionais e internacionais deverão ser aplicadas simultaneamente e de forma harmônica a fim de se preservar a soberania nacional, o interesse público e todos os demais princípios constitucionais.

Portanto, acompanho o entendimento da Diretoria Jurídica, para concluir que os projetos financiados no todo ou em parte pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento devem ser executados conforme as normas do Banco, ou seja, deverão seguir as Políticas para Aquisição de Bens e Contratação de Obras e Serviços Comuns financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (GN 2349), naquilo que não for contrário aos princípios e normas constitucionais.

Neste sentido, cumpre-me entender que as mesmas práticas internacionais, já referendadas no âmbito nacional, encontram-se, salvo prova em contrário, adequadas

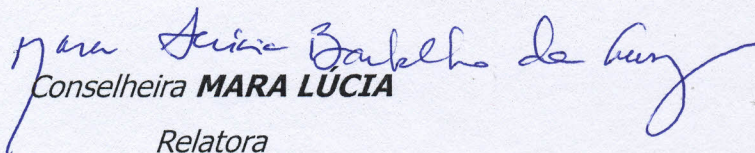
Handwritten signature

RESOLUÇÃO Nº 14.698

aos princípios gerais informadores da Lei de Licitações e disposições constitucionais correlatas, dentre os quais o da ampla concorrência, transparência, publicidade e legalidade, em tudo observado o melhor interesse público, no alcance dos objetivos preconizados pelo aludido projeto, em prol da população municipal de Parauapebas.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **02 de maio de 2019.**


Conselheira **MARA LUCIA**
Relatora